

## Senado aprova PEC que cria carreira para agente de trânsito

Proposta, que será promulgada pelo Congresso Nacional nos próximos dias, dá caráter constitucional à competência dos agentes nos estados e nos municípios

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, a PEC dos Agentes de Trânsito. A medida permite que se criem órgãos nos estados e nos municípios para cuidar especificamente da segurança viária, que deverá compreender educação, engenharia e fiscalização de trânsito. Além disso, a proposta de emenda constitucional do deputado Hugo Motta

prevê que os agentes de trânsito se organizarão em carreira. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação da PEC é importante porque pode reverter um quadro trágico: “São dezenas de milhares de mortes por ano [no trânsito], que oneram em centenas de milhões de reais o Sistema Único de Saúde”. A PEC deverá ser promulgada brevemente, em sessão do Congresso Nacional. **11**



Moreira Manz/Agência Senado

Na galeria do Plenário, agentes de trânsito comemoram a aprovação da proposta que cria carreira para a categoria

### Renan: TSE faz “bullying institucional”

Presidente do Congresso, Renan Calheiros anunciou ontem recurso ao Supremo Tribunal Federal contra

decisão do Tribunal Superior Eleitoral que alterou o tamanho das bancadas estaduais na Câmara dos

Deputados. Para ele, medida contrária recente decreto do Legislativo que trata da questão. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan Calheiros (C) conversa com deputados federais: decisão “instabiliza processo eleitoral e deve ser rechaçada”

**Categorias do Executivo terão reajuste salarial de 15,8% **6****

**Duas audiências analisam custo de preservação ambiental **5****

**Comissão discute reivindicações do Bom Senso Futebol Clube **9****

**Debate avalia regionalização de TV **8****



Lia de Paula/Agência Senado

Representantes de emissoras e de produtores de vídeos discutem cotas regionais na programação de TV e de rádio

**Assentados terão condições mais fáceis para pagar dívida **4****

**Beneficiário do Bolsa Família poderá receber por prazo extra **7****

**Crédito de R\$ 80 bilhões para a indústria vai a sanção **3****

**Importar produto proibido deve ter punição mais rigorosa **10****



Pedro França/Agência Senado

Vital fala aos parlamentares ao lado do vice-presidente da CPI, Gim

**Plano de trabalho da CPI mista será lido na segunda**

O senador Vital do Rêgo, confirmado ontem presidente da CPI Mista da Petrobras, marcou para segunda-feira uma reunião em que o plano de trabalho do colegiado será anunciado pelo

relator, deputado Marco Maia. Para evitar que a investigação seja interrompida durante o recesso, a oposição cogita obstruir a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. **12**





Presidente do Senado anuncia recurso ao Supremo contra decisão que alterou as bancadas de deputados federais

# Segundo Renan, TSE faz “bullying institucional”

Congresso recorrerá ao Supremo contra decisão da Justiça Eleitoral que muda tamanho das bancadas estaduais na Câmara e contraria recente decreto do Legislativo tratando da questão

O CONGRESSO DECIDIU recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de alterar os tamanhos das bancadas dos deputados federais nas eleições de 2014.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não tem competência para fixar o número de deputados de cada estado, tendo em vista que essa decisão é exclusiva do Congresso. Ele chamou a decisão do TSE de “usurpação” do poder do Congresso e “intromissão indevida”. — É uma decisão que instabiliza o processo eleitoral. Amplia a insegurança jurídica da eleição e precisa ser rechaçada pelo Congresso — afirmou Renan, que preside o Senado e o Congresso.

As Mesas da Câmara e do Senado determinaram o ajuizamento de uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC), com pedido de liminar, para fazer valer o decreto legislativo que restabelece a competência do Congresso e susta a eficácia de resolução do TSE. O tribunal levou em conta o Censo de 2010 para ajustar o número de deputados ao tamanho da população.

— Vamos exigir o respeito à Constituição. Ela é clara. O TSE não tem competência para fixar o número de deputados. A prerrogativa é exclusiva do

Congresso. E não me recordo de nenhuma delegação nesse sentido. O que o TSE está fazendo reiteradamente é *bullying* institucional — afirmou.

Renan disse que a decisão do TSE gera insegurança e intranquilidade, visto que as convenções partidárias para definição das chapas que vão concorrer às eleições deste ano ocorrem a partir de 10 de junho.

## Reforma política

Ele explicou que o Decreto Legislativo 424/2013, editado pelo Congresso em dezembro de 2013, não foi elaborado apenas para alterar a resolução anterior do TSE, mas para impedir a fixação direta do número de parlamentares sem a existência de uma lei complementar sobre o tema.

— O TSE está impedido de fazer essa redefinição. O Judiciário está proibido de legislar, da mesma forma que ao Legislativo e ao Executivo é vetado julgar querela judicial.

Renan disse que o Senado tem demonstrado “total comprometimento” com o esforço de realizar a reforma política:

— Já aprovamos a ficha limpa para as eleições, as mudanças para eleições de suplentes, a facilitação para apresentação de projeto de lei, o fim do voto secreto e outros temas sob apreciação da Câmara. A inação não pode servir de argumento para que outros Poderes

exorbitem de suas competências a fim de dar “curtidas” nas prerrogativas alheias.

A resolução do TSE, que repete os termos de resolução de abril de 2013, recalcula o tamanho das bancadas de cada estado na Câmara. A norma leva em conta o Censo de 2010 para redistribuir o número de deputados para cada unidade federativa de acordo com a respectiva população. Na terça, o TSE decidiu contrariar a decisão do Congresso e aprovou uma resolução que novamente muda o número de deputados.

Com isso, oito estados (AL, ES, PB, PE, PI, PR, RJ e RS) perdem assentos na Câmara. Cinco (AM, CE, MG, PA e SC) ganham. A mudança causa impacto também nas assembleias legislativas, já que o número de deputados estaduais é calculado com base no tamanho das bancadas na Câmara. A resolução não muda o número total de deputados federais (513).

Wellington Dias (PT-PI), Mário Couto (PSDB-PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiaram Renan. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) foi o único integrante da Mesa do Senado a votar contra o recurso ao STF:

— Discordo do raciocínio. O Congresso, através de uma lei complementar, transferiu ao TSE os poderes para que ele pudesse fazer, a cada eleição, o recálculo das bancadas. Foi o que ele fez.

## Mozarildo pede que eleitor não eleja políticos corruptos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu mais uma vez ao eleitor que vote com cuidado para não eleger pessoas corruptas.

Mozarildo disse que o estado de Roraima, por exemplo, foi administrado, nos últimos sete anos, por “uma pessoa que promoveu um verdadeiro desgoverno”.

Segundo ele, o ex-governador deixou a saúde do estado “em um verdadeiro caos”. O vice-governador, que assumiu o cargo, foi obrigado a decretar estado de emergência no setor, em razão de dívidas com fornecedores de medicamentos da ordem de R\$ 100 milhões.



“Desgoverno” de Roraima foi citado como exemplo pelo senador

## Cyro Miranda critica propaganda do PT que “provoca medo”

A propaganda eleitoral veiculada pelo PT é “ridícula” e “provoca medo nos eleitores”, segundo Cyro Miranda (PSDB-GO). O senador disse que o programa insinua que as conquistas sociais podem ser anuladas em caso de vitória da oposição e foi feito para tentar convencer o povo brasileiro de que os governos de Lula e Dilma Rousseff melhoraram a vida das pessoas.

— Mas não foi o que aconteceu nos últimos 12 anos. Quem tem todo o direito de morrer de medo é o trabalhador, vendo o dragão inflacionário torrar seu dinheiro no final do mês — afirmou.



Para Cyro, quem tem direito de morrer de medo é o trabalhador

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Médicos para o SUS**  
14h A pauta da sessão deliberativa inclui proposta que disciplina a criação de consórcios públicos destinados a contratar médicos para atuação no SUS.
- PRESIDÊNCIA Joaquim Barbosa**  
10h30 Renan Calheiros recebe o presidente do STF, Joaquim Barbosa; às 11h, participa de assinatura dos contratos de concessão da folha de pagamento do Senado com o BB e a Caixa; às 16h, preside a ordem do dia.
- CRA Multas trabalhistas**  
8h30 Comissão analisa projeto que eleva o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural.
- CDH Aquisição de alimentos**  
8h30 Em debate o programa de aquisição de alimentos e os impactos na vida dos pequenos agricultores e assentados. Participa Pedro Bavaresco, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- CAS Doença de Huntington**  
10h Audiência pública para debater a doença de Huntington, que é hereditária e ocorre quando as células nervosas se degeneram. A CAS ouve, entre outros, José Eduardo Fogolin Passos, do Ministério da Saúde.
- CRE Estrangeiro no ProUni**  
10h A CRE analisa projeto que permite estrangeiros no ProUni. Também em pauta, o fim do sigilo nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.
- CE Bom Senso FC e fair play financeiro**  
10h Para debater o calendário do futebol nacional e a proposta de *fair play* financeiro, que visa o cumprimento de compromissos trabalhistas dos clubes, a CE promove audiência pública interativa.
- CPI DA PETROBRAS Ex-diretor depõe**  
10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras ouve o ex-diretor Internacional da Petrobras Jorge Zelada.

## SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

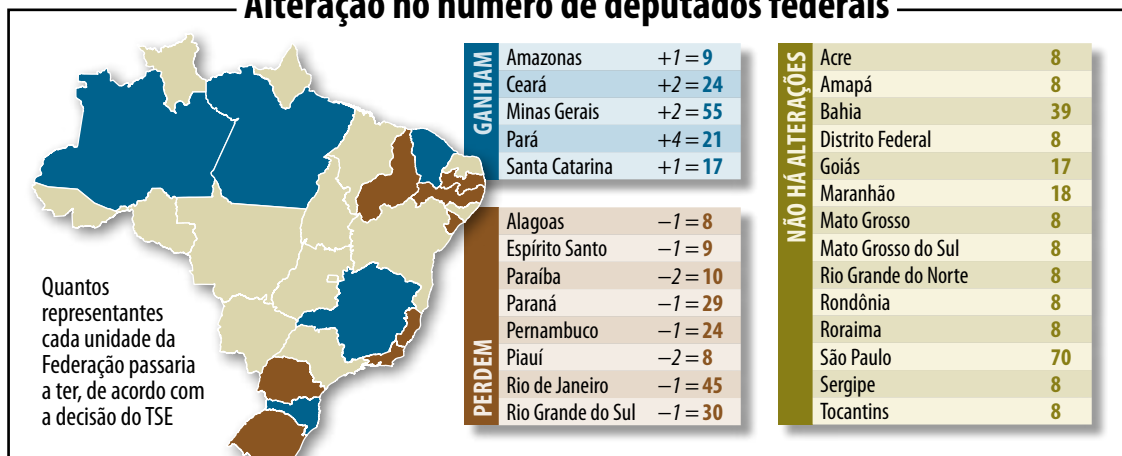
## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**. Às 10h15, reunião da **Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Alteração no número de deputados federais





# Aprovado crédito de R\$ 80 bi para a indústria

Objetivo de projeto que segue para sanção é estimular a competitividade por meio, principalmente, da modernização do parque industrial. Texto trata também de outros temas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2014, oriundo da Medida Provisória (MP) 633/2013, que aumenta em R\$ 80 bilhões o limite do BNDES para subvenções da União a financiamentos de setores ligados à exportação, intensivos em tecnologia e de produção de bens de capital.

O governo quer estimular a competitividade da indústria principalmente por meio da modernização do parque industrial. O maior beneficiado é o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) — criado em 2009 para estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica —, que vem sendo renovado ano a ano.

Os projetos financiados a juros menores pelo BNDES são os destinados a aquisição, produção ou arrendamento



Presidente da comissão mista que analisou a medida provisória, Romero Jucá participa dos debates em Plenário, ao lado de Randolfe Rodrigues e Vanessa Grazziotin

mercantil de bens de capital; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica; a estruturas para exportação de granéis líquidos; a obras de engenharia e a equipamentos

de reciclagem e tratamento ambientalmente adequados de resíduos, entre outras finalidades.

No PLV, o relator na comissão mista que analisou a MP, deputado Fernando

Francischini (SD-PR), incluiu a determinação de que os financiamentos devem beneficiar exclusivamente pessoas físicas e jurídicas brasileiras que executem os projetos e serviços em território nacio-

nal. A intenção é evitar que os recursos sejam usados em obras em outros países. A medida estende por mais um ano o prazo para concessão de financiamentos, que irá até 31 de dezembro de 2014.

## Transferência de ações contra seguro gera polêmica

A aprovação do PLV 8/2014 foi difícil porque não houve acordo sobre outro ponto do texto: a transferência de ações judiciais contra o seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação das seguradoras para a Caixa e para a Advocacia-Geral da União (AGU). Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) insistiram que a medida prejudica milhares de trabalhadores de baixa renda e beneficia as seguradoras, que, em regra, estão perdendo processos.

Randolfe disse que a MP é inconstitucional.

— Não é às seguradoras que temos de socorrer ou dar anistias de bilhões de dólares. Por mais nobres que sejam os outros assuntos da MP, ela padece de inconstitucionalidade.

Inácio sugeriu reformar a proposta, para evitar efeitos danosos aos donos de imóveis.

— Há pedidos de confederações de trabalhadores e de sem-teto contra essa MP.

O Plenário decidiu não reformar o texto. Uma mudança acarretaria o retorno dele à Câmara.

## Jucá aponta melhora no ressarcimento de sinistros

Romero Jucá (PMDB-RR), que foi presidente da comissão mista que analisou a MP 633/2013, defendeu a aprovação, apesar da polêmica sobre o seguro habitacional, porque o projeto estaria “melhorando o desempenho na questão do ressarcimento dos sinistros”. Ele frisou não haver prejuízo aos processos em andamento, que serão remetidos à Justiça Federal. O projeto estabelece que apólices privadas seguem nas justiças estaduais. Depósitos judiciais das ações transferidas para a Justiça Federal continuarão sob tutela do estado até o final do processo.

Processos em que a União intervir terão prioridade na Justiça Federal, assim como aqueles cujos envolvidos são idosos, portadores de necessidades especiais ou de doenças crônicas. Também ficou assegurada, com a mudança de esfera judicial, a continuidade dos pagamentos de auxílio moradia, aluguel, prestações e guarda e vigilância dos imóveis até a conclusão dos processos.

## Produtor de álcool atingido pela seca terá subvenção

A MP 633/2013 também autoriza pagamento de subvenção aos produtores de etanol do Nordeste, referente à safra de 2012-2013. Unidades industriais e cooperativas que tiveram prejuízos com a seca receberão R\$ 0,25 por litro de etanol produzido e comercializado.

Benedito de Lira (PP-AL) saudou a MP lembrando que a crise do setor produtor de etanol do Nordeste é um problema de todo o país. Ele lembrou que em 2011 a região passou por uma das maiores secas já registradas. Segundo o senador, Alagoas perdeu no mínimo 25% da sua capacidade produtiva. De acordo com ele, o prejuízo em Alagoas foi de R\$ 1,9 bilhão em 2011 e 2012, enquanto a subvenção dada pelo governo foi de 14% desse total, R\$ 270 milhões.

— Essa aprovação não traz solução definitiva para o setor, mas minimiza as dificuldades. Precisamos acabar com as ações emergenciais com uma política que atenda permanentemente os que produzem — pediu Benedito.

## Senado autoriza empréstimo externo para Canoas

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Resolução (PRS) 16/2014, que autoriza o município de Canoas (RS) a contratar empréstimo externo. Pelo projeto, o município poderá contratar com a Corporação Andina de Fomento (CAF) financiamento de até US\$ 50 milhões.

Os recursos se destinam ao Programa Integrado de Investimentos para Revitalização e Ampliação da Infraestrutura Urbana de Canoas, conhecido como Canoas para Todos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) foi o relator do projeto, que vai à promulgação. Ana Amélia (PP-RS), em nome da bancada gaúcha, destacou a importância do financiamento para Canoas.

## TCU faz 26 ressalvas às contas do governo de 2013

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o parecer sobre as contas do governo federal referentes a 2013. O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, e pelo autor do relatório, ministro Raimundo Carreiro.

O documento deverá contribuir para a transparência das ações estatais, fornecer um panorama do cenário econômico e permitir a análise da conformidade e o desempenho do orçamento e da gestão fiscal do governo.

Em relação a 2013, o TCU aprovou as contas da presidente Dilma Rousseff, mas o ministro Raimundo Carreiro, relator da matéria, fez 26 ressalvas e 47 recomendações.



Ministros Raimundo Carreiro e Augusto Nardes apresentaram dados a Renan

Carreiro assinala que o governo está utilizando dados desatualizados em programas como o Moradia Digna. De acordo com o relator, também foram identificadas inconsistências em relação às metas do

Programa Minha Casa, Minha Vida. O relatório do TCU alerta ainda para o impacto de algumas desonerações tributárias.

Carreiro informou que as renúncias tributárias nos últimos anos têm superado algumas

rubricas do Orçamento, como saúde e educação. De 2008 a 2013, a desoneração líquida sobre o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi de R\$ 416,4 bilhões. A maior parte (58%) foi bancada por estados e municípios, o que prejudicou principalmente a Região Nordeste.

O parecer elaborado pelo TCU será agora analisado pelo Congresso.

Carreiro afirmou que, desde meados dos anos 90, as contas de governo não são julgadas pelo Congresso. Ele lembrou que em 2007, quando deixou a Secretaria-Geral da Mesa do Senado para assumir vaga no TCU, ainda havia contas de 1992 à espera de exame pelos parlamentares.



# Aprovada MP que facilita pagamento de dívida de assentado da reforma agrária

Medida, que passou no Plenário e vai para sanção presidencial, dá aos assentados regras iguais às do Programa Minha Casa, Minha Vida

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória 636/2013, que permite ao assentado da reforma agrária quitar dívidas contraídas para construção e reforma de habitações rurais com condições de pagamento semelhantes às regras do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que integra o Minha Casa, Minha Vida. A proposta, que foi convertida no PLV 11/2014, segue agora para sanção presidencial.

As regras valem para operações feitas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de outubro de 1985 a dezembro de 2013 e nas modalidades de crédito de habitação, crédito para aquisição de material de construção e crédito para compra de material destinado a recuperar construções.

Desde 1985, o crédito de instalação para os assentados financiou R\$ 11 bilhões para apoiar a instalação, a produção e a infraestrutura básica, além da construção de moradias.

O PLV aprovado estabelece que o saldo devedor do assentado será atualizado com taxa de 0,5% ao ano, com os mesmos



Wellington Dias relatou o texto e incluiu bônus para quem pagar parcelas em dia

descontos e prazos garantidos aos beneficiários do grupo 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida (destinado às famílias mais pobres). Nesse grupo, o beneficiário tem subsídio de 96% do valor do imóvel e paga 4% do saldo devedor, dentro de quatro anos, em parcelas limitadas a R\$ 250 anuais. O resto das dívidas de instalação, até R\$ 10 mil, é perdoado pelo governo. Acima, é concedido bônus para a liquidação.

Em outras 13 modalidades de créditos de instalação concedidos aos assentados da reforma agrária, também de outubro de 1985 a dezembro

de 2013, o PLV concede perdão das dívidas originais de até R\$ 10 mil por beneficiário.

Quem deve acima desse valor e quer quitar a dívida tem desconto de 80% sobre o saldo devedor, mais R\$ 2 mil de bônus fixo. O total de descontos é limitado a R\$ 12 mil. Para renegociação, um regulamento definirá os critérios. Uma emenda incluída pelo relator, Wellington Dias (PT-PI), prevê bônus pelo pagamento em dia das parcelas de até 50%.

## Procera

As dívidas do Programa Especial de Crédito para a

Reforma Agrária (Procera) também serão perdoadas quando forem de até R\$ 10 mil por mutuário. Para encontrar esse valor, o decreto que regulamentou o assunto (Decreto 8.179/2013) determina a aplicação de taxa de juros de 1,15% ao ano desde a contratação até dezembro de 2013, sem a contagem de bônus de adimplência ou de multa, mora e outros encargos.

Os bancos públicos responsáveis por reconhecer o perdão deverão fazê-lo até sábado e informar ao Incra. Se o saldo der zero ou menos, não haverá devolução de valores.

Na liquidação dos valores acima de R\$ 10 mil, o mutuário terá desconto de 80% e mais R\$ 2 mil de bônus fixo. Encerradas as negociações, o Fundo Contábil do Procera será extinto.

O texto, na forma como foi aprovado, ainda reabre prazos para renegociação ou liquidação de dívidas rurais de diversas modalidades, principalmente na Região Nordeste. Esse tema foi incluído no texto pelo relator.

(Com informações da Agência Câmara)

# Ampliação do Garantia-Safra segue para sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/2014, decorrente da Medida Provisória (MP) 635/2013, que ampliou o prazo de recebimento do Benefício Garantia-Safra, que pode chegar até 2015, para 686 mil agricultores prejudicados pela seca na safra de 2012-2013. A MP estabeleceu o valor do benefício em R\$ 155 — era de R\$ 80. O requisito é que as famílias tenham perdido pelo menos metade da safra 2012-2013 por causa de problemas climáticos. A matéria vai para sanção.

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que o aumento do valor busca beneficiar a agricultura do país como um todo, enquanto Eduardo Braga (PMDB-AM) classificou a medida de “extre-

mamente importante”. Para Lídice da Mata (PSB-BA), que foi relatora-revisora, ela beneficia especialmente os pequenos produtores do Nordeste.

— A agricultura familiar do Nordeste tem sofrido constantemente com as intempéries.



Relatora, Lídice destaca benefícios da proposta para produtores do Nordeste

O Programa Garantia-Safra atinge seu objetivo, ao socorrer o produtor atingido — disse.

O Garantia-Safra é um seguro que garante renda ao agricultor familiar que aderiu ao Fundo Garantia-Safra e perdeu parte da produção devido à seca ou

à chuva. Com o novo valor de R\$ 155 mensais, a estimativa do governo é de um custo adicional de R\$ 312 milhões.

Uma emenda de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) incluiu agricultores familiares do Espírito Santo atingidos pelas chuvas em 2013 entre os beneficiários do seguro e do adicional do Auxílio Emergencial Financeiro. Outra emenda, da Câmara, incluiu produtores de laranja. A medida também atinge produtores de cana.

A MP ampliou até abril passado o Auxílio Emergencial Financeiro para desastres ocorridos em 2012. Ao incorporar o texto da MP 645/2014, o benefício foi novamente estendido, desta vez, de maio a dezembro de 2014.

# Audiência aborda programa de compra de alimento

O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na qualidade de vida dos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária será discutido hoje pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A audiência pública é uma iniciativa de Ana Rita (PT-ES).

O PAA foi criado em 2003 para estimular a compra de produtos dos assentamentos e das comunidades tradicionais, como índios e quilombolas. A compra é feita pelo governo, sem licitação, a preços compatíveis com os do mercado, como forma de fortalecer a agricultura familiar. Os alimentos vão para restaurantes

populares, bancos de alimentos, cozinhas comunitárias e cestas de alimentos distribuídas pelo governo. Em dez anos, o PAA comercializou 4 milhões de toneladas de alimentos.

Para debater, foram convidados, entre outros, representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores e do governo federal.

## ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ **Alô Senado:**  
www.senado.leg.br/alosenado

▶ **Tempo real:**  
http://bit.ly/CDHalimentosAS

▶ **Facebook:** alosenado

▶ **Twitter:** @AloSenado

▶ **Alô Senado:** 0800 612211

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV

▶ **Taquigrafia:**  
http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos

# Bauer pede que veto a venda de mistura de peixe seja revogado

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) pediu ao Ministério da Agricultura que cancele a proibição da rotulagem de mistura de peixe. Caso contrário, pescadores vão fechar a barra do Rio Itajaí-Açu, em Santa Catarina. Isso prejudicaria os Portos de Itajaí e Navegantes, afirmou o senador.

Ele explicou que há 30 anos a mistura é produzida. Mas, no último dia 10 (segundo ele, sem que os pescadores ou a indústria fossem consultados), o ministério decidiu proibir a mistura, alegando que o produto fere o direito do consumidor — o rótulo não discrimina os peixes nem a quantidade deles.

Segundo Bauer, fazer tal especificação é impossível, pois a mistura é produzida de forma industrial e contém 120 tipos de peixes.

— É preciso dar um passo atrás para discutir o assunto com profundidade antes de tomar decisão. Sugiro que o governo revogue a decisão e convoque audiência pública.

# Cidinho Santos elogia medida sobre máquinas agrícolas

Cidinho Santos (PR-MT) comemorou a edição da MP 646/2014, que dispensa tratores e máquinas agrícolas de emplacamento e registro para transitarem em vias públicas.

A medida foi editada para recompor o projeto de lei da Câmara de teor semelhante que havia sido vetado pela presidente da República, por ampliar muito o conceito de máquinas agrícolas.

Para ele, a MP possibilitará, novamente, a discussão e o entendimento de todos.

— Nós vemos, constantemente, acidentes, imagens de rodovias com máquinas agrícolas, de pavimentação, e não tinha, até o momento, nenhuma responsabilização de ninguém. Fica muito bem estabelecido, dessa forma, o que tem que ser licenciado, que são esses veículos que puxam essas máquinas nas vias públicas, e que os tratores agrícolas não precisam, pois ficam exclusivamente nas propriedades rurais — explicou.



# Quanto custa preservar o meio ambiente

Dois audiências públicas realizadas ontem no Senado debateram assuntos relacionados aos custos da preservação do meio ambiente. Enquanto a Subcomissão Permanente de Resíduos Sólidos analisou a possibilidade

de reduzirem os impostos cobrados dos comerciantes para incentivá-los a coletar os produtos que exigem descarte especial (como as lâmpadas fluorescentes, que devem passar por um processo para retirar o mercúrio e reaproveitar o vidro em re-

ciclagem), na chamada logística reversa, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas discutiu como a instituição de imposto internacional sobre as emissões de carbono pode ser feita sem prejudicar a economia dos países.

## Comércio quer menos imposto para compensar logística reversa

Estabelecimentos comerciais que-rem redução de tributos para compensar a manutenção de locais para coleta de materiais e bens descartados pelos consumidores, que deverão ser enviados à reciclagem pela chamada logística reversa, prevista na Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A logística reversa, ou inversa, trata do caminho de produtos ou resíduos do consumidor até os fabricantes ou vendedores, de modo a garantir o reaproveitamento, a reciclagem, o tratamento ou descarte apropriados. A demanda por desoneração foi apresentada por Cristiane Soares, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC), em audiência na Subcomissão Permanente de Resíduos Sólidos, ligada à Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Como benefício direto, lojistas obrigados a manter postos de recebimento querem a redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e, no

âmbito municipal, redução do IPTU.

— O estabelecimento que vai atuar como posto de recebimento vai abrir mão de uma área de venda ou de estacionamento, espaço sobre o qual ele paga impostos, e precisa ter algum tipo de compensação — disse Cristiane.

Como medida de alcance indireto, defendem a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quando for utilizada matéria-prima reciclada ou houver gastos para o descarte adequado. Sem incentivo, o comércio teme que os custos da logística reversa sejam repassados ao preço dos produtos.

Estão entre os produtos envolvidos em sistemas de logística reversa: pilhas e baterias, pneus, óleo lubrificante, embalagens (inclusive de agrotóxicos), eletroeletrônicos, medicamentos, lâmpadas fluorescentes e óleo comestível. Para o presidente da subcomissão, Cícero Lucena (PSDB-PB), os incentivos fiscais são essenciais para que o setor privado e os municípios consigam cumprir uma nova legislação.



Adriano de Oliveira, do Ministério do Meio Ambiente, fala em audiência dirigida por Alfredo Sirkis (C)

## Especialistas defendem neutralidade fiscal em imposto sobre carbono

A instituição de um imposto sobre o carbono não deve ter como foco o aumento na arrecadação. Essa é a conclusão de especialistas que participaram de audiência pública sobre tributação e subsídios para economia de baixo carbono ontem, na Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

Um dos objetivos da audiência era debater como a instituição de um imposto sobre o carbono pode ser feita sem prejuízo à economia dos países. Para o deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ), é preciso sintonizar redução de emissões com contexto econômico que lhe seja favorável.

— Enquanto esse esforço de mitigação das emissões estiver em contradição frontal com processos econômicos, ou for contrariado pela dinâmica intrínseca de certos processos econômicos, vai ser muito difícil

chegar sequer pelo menos do que é necessário para reduzir as emissões — afirmou.

Segundo o professor Emilio La Rovere, do Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), estudos ainda preliminares mostram que a retirada de subsídios a combustíveis fósseis e a tributação sobre o seu uso pode não ter efeitos negativos na economia.

Para isso, segundo ele, seria necessário adotar uma neutralidade tarifária. Ou seja: usar esse aumento na arrecadação para compensar o efeito recessivo da tributação do carbono.

— Haveria uma redução das emissões e manutenção ou até ligeiro aumento do crescimento econômico e uma queda do desemprego — afirmou.

## Reino Unido e Finlândia compensam taxaço de emissões

Como exemplo da adoção da neutralidade fiscal na questão do carbono, Ana Cristina Secchi Correia, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, citou a Finlândia e o Reino Unido. Para ela, a redução de impostos em outros setores concomitante à instituição do imposto sobre o carbono faz com que essa taxaço tenha maior apoio político. Outra maneira de reduzir resistências, segundo a especialista, é a implementação gradual do imposto.

As constatações foram o resultado de estudos encomendados pelo ministério a consultorias especializadas. Ana Cristina afirmou que um número crescente de países vem optando por instituir impostos de carbono. Grande parte deles mescla esse imposto com outras políticas, como o mercado de carbono. A representante do Ministério da Fazenda afirmou que ainda não há um estudo sobre o impacto de um imposto do carbono na economia do país.

Adriano de Oliveira, do Ministério do Meio Ambiente, informou que, por enquanto, o Brasil foca os incentivos econômicos, embora deva considerar a taxaço sobre o carbono.

## Para debatedor, discussão sobre tributo deve ser feita pelo Congresso

O papel do Congresso na instituição de impostos maiores sobre combustíveis fósseis foi lembrado durante a audiência. O representante do Ministério do Meio Ambiente, Adriano de Oliveira, disse que o debate precisa ser feito pelos parlamentares, já que um novo imposto teria de ser aprovado no Congresso. Ele pediu o auxílio dos parlamentares nas discussões com outros países.

Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou da dificuldade de aceitação de novos impostos no país e lembrou que qualquer mudança tem que ser muito discutida com o Ministério da Fazenda.

— Precisamos mostrar que é possível ganhar muito mais ao aplicar uma legislação tributária que permita que nossa economia se solte — sugeriu.



Incentivos fiscais são importantes para que municípios cumpram a legislação, opina Cícero (2º à esq.)

## Receita Federal aponta dificuldades para operacionalização de benefícios

Marcos Vinícios Tapajós, da Receita Federal, apontou dificuldades para operacionalizar benefícios como redução de IPI para produto reciclado.

— É uma proposta socialmente boa, mas o problema é como fazer. O que é produto reciclado? Que tipo de componente tem nesse produto? Vai ter um percentual de matéria-prima reciclada? Como eu calculo e controlo isso? Tudo isso a Receita Federal tem que apontar — disse.

Em resposta a Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Tapajós afirmou considerar que reduções sobre o Imposto de Renda são mais simples de serem executadas do que em tributos indiretos.

Na avaliação do secretário do Ministério do Meio Ambiente Ney Maranhão, o sucesso de uma política de logística reversa exige redução da quantidade

de lixo gerado e novos conhecimentos para a reutilização de material. Para incentivar esse processo, ele sugeriu a desconcentração de recicladoras, hoje localizadas sobretudo no Sudeste.

— Ainda não sabemos fazer direito e completamente, em todas as cadeias, pegar um produto que ia ser descartado e reciclá-lo, gerar novos insumos, reaproveitá-los e tirar a pressão sobre recursos naturais — observou.

Maranhão acredita que os custos dos processos de logística reversa tendem a diminuir com o desenvolvimento de produtos industriais que gerem menos resíduos, o ganho de escala e a instalação de mais recicladores, com a consequente redução de distâncias para transporte dos materiais descartados. Os efeitos benéficos serão incorporados pelo processo produtivo, avaliou.



Segue para sanção aumento de 15,8%, divididos em 10,5% retroativos a janeiro e o restante em 2015. Entre outros assuntos, texto regulamenta carreira de motorista profissional

# Senado aprova reajustes salariais no Executivo

OS SALÁRIOS DE algumas carreiras do Executivo serão reajustados em 15,8%, distribuídos em dois anos, sendo 10,5% retroativos a janeiro de 2014 e o restante em 2015. O custo total do reajuste para a União é de R\$ 397,7 milhões em 2014 e de R\$ 575,8 milhões de 2015 em diante. O aumento é uma das ações previstas no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 5/2014, decorrente da Medida Provisória (MP) 632/2013, aprovado ontem por unanimidade no Senado. O texto, que segue para sanção, ainda concede mais sete meses para a Comissão Nacional da Verdade concluir os trabalhos, entre outros assuntos.

As carreiras que terão salários reajustados são as das agências reguladoras, de servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Hospital das Forças Armadas, da Funai e de perito federal agrário.

Na comissão mista que analisou a MP, os parlamentares

incluíram reajuste para os aposentados das carreiras beneficiadas. A proposta estende os reajustes também para analistas e especialistas em infraestrutura e de desenvolvimento de políticas sociais e para servidores civis, militares e empregados do ex-território de Rondônia.

Outros profissionais beneficiados foram os motoristas de ambulância, os peritos médicos e os servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

## Motoristas

O texto regulamenta a carreira dos motoristas, que passará a exigir treinamento especializado e cursos de reciclagem a cada cinco anos. Os motoristas de ambulância também passarão a ser reconhecidos como categoria e poderão criar sindicato.

Para peritos médicos previdenciários e supervisores médicos do Ministério da Previdência Social, a jornada de trabalho foi reduzida para 30 horas semanais. A redução

prevê a manutenção do salário previsto para as atuais 40 horas.

Os servidores do Incra terão reestruturação das carreiras, com reajustes de quase 50% para este ano e impacto orçamentário de R\$ 258 milhões para 2014 e de R\$ 291 milhões para 2015. Serão criados 2 mil cargos no órgão.

Presentes nas galerias, servidores do Incra receberam apoio dos senadores. Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou a longa caminhada até o reajuste ser incluído na MP. Outro ponto elogiado foi a autorização de licença dos servidores federais para mandato classista — de dois a oito servidores, de acordo com o número de associados. Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) ressaltou que o servidor licenciado para sindicato receberá salário. Hoje a licença é sem vencimento.

A concessão do auxílio-moradia, previsto na Lei 8.112/1990, também foi alterada, com extinção da restrição de pagamento do benefício pelo prazo de máximo de 8 anos a cada período de 12 anos.



José Cruz/Agência Brasil

Relatório do colegiado poderá ser apresentado até 16 de dezembro

## MP prorrogou por sete meses a Comissão Nacional da Verdade

O projeto também ampliou em sete meses o prazo para a Comissão Nacional da Verdade concluir os trabalhos, pois novas informações do Arquivo Nacional podem trazer detalhes importantes. O relatório final poderá ser apresentado até 16 de dezembro de 2014. Criada para investigar violação de direitos humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, a comissão começou em maio de 2012.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) destacou a criação de oito cargos no Ministério da Cultura para estruturar o setor sobre direito autoral. A medida estava prevista em outro projeto e foi incorporada ao PLV.

A MP 632 estendeu a cabos e sargentos ingressados na Aeronáutica até 31 de julho de 2010 a possibilidade dada aos taifeiros de progredirem até a graduação de suboficial.

O texto ainda prorroga o prazo dos contratos por tempo determinado para

IBGE e Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Turismo e do Planejamento. Quase 150 contratos passam a valer até este ano para evitar prejuízo a trabalhos durante concursos públicos.

Acaba a necessidade de aprovação pelo Senado dos nomes indicados para a direção do Dnit. E fica autorizada a recondução dos representantes do governo no Conselho Nacional de Previdência Complementar e na Câmara de Recursos de Previdência Complementar.

Para estimular o retorno ao trabalho de servidores do Executivo, a MP revoga a licença de três anos sem vencimentos com incentivo em dinheiro correspondente a seis vezes a remuneração. Extingue o tempo limite para apresentação de dados sobre compensação financeira entre regimes de Previdência da União, dos estados, dos municípios e o regime geral.

(Com Agência Câmara)



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores debatem em Plenário a medida provisória, sob o olhar atento, nas galerias, de profissionais afetados pelo texto

## Avança permissão para emitir carteira de trabalho eletrônica

A emissão da carteira de trabalho por meio eletrônico poderá passar a ser uma opção para os trabalhadores. Do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), projeto (PLS 466/2013) com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue à Câmara. O relatório foi de Armando Monteiro (PTB-PE).

Blairo argumenta que o formato atual do documento não acompanhou a evolução dos meios de armazenamento de informações. Para ele, o uso da tecnologia pode proteger os dados trabalhistas e previdenciários de perdas e deteriorações.

Para Monteiro, a proposta estimula a utilização da informática no processo de modernização das relações de trabalho. A seu ver, a carteira eletrônica pode ajudar a reduzir a informalidade no trabalho, fraudes na concessão de benefícios previdenciários e do seguro-desemprego, além de ampliar aplicações em outros programas sociais.



Armando Monteiro relatou iniciativa, que vai à Câmara

## Para Valadares, PEC corrige uma dívida histórica do país

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comemorou a aprovação da iniciativa que expropria imóveis rurais e urbanos onde se verifique a prática de trabalho escravo (PEC 57A/1999). A emenda foi aprovada anteontem e será promulgada em 5 de junho.

Para o senador, a aprovação do texto corrige uma dívida histórica do país.

— Congratulo o [ex-] senador Ademir Andrade, que foi o autor da proposta que há muitos anos tramitava nesta

Casa e que felizmente foi aprovada por uma maioria esmagadora, expressando o desejo da sociedade de acabar de uma vez por todas com essa chaga. Proprietários rurais, de indústrias ou de serviços se utilizam da fragilidade econômica das pessoas para manterem-nas em regime quase que prisional — disse.



Senador homenageou autor da proposta, Ademir Andrade

## Projeto que definirá trabalho escravo deve expor divergências

O consenso registrado anteontem na aprovação da PEC do Trabalho Escravo não deve se repetir na votação do projeto de lei que regulamenta o texto para definir o que é trabalho escravo para fins de expropriação de terra rural e urbana (PLS 432/2013).

Entre o primeiro e o segundo turnos, o Plenário do Senado aprovou, por 54 votos a 4, a subemenda que inseriu na PEC o termo “na forma da lei”.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), a aprovação da subemenda anularia a PEC.

— Votando a subemenda, estaríamos li-

quidando com a importância desta sessão. Ela poderá ficar para as calendas — afirmou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) argumentou que não pretendia “ficar na metáfora” nem à espera do “na forma da lei”.

Para João Capiberibe (PSB-AP), a subemenda preocupa “pela demora e pela forma como será regulamentada a lei”.



Roberto Requião foi um dos que votaram contra a subemenda



Para Aécio Neves, autor do texto, medida evita instabilidade na renda do trabalhador carente e gera segurança até ele se manter no emprego

# Beneficiário poderá receber Bolsa Família por no mínimo mais 6 meses

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que modifica o Programa Bolsa Família para que, mesmo havendo mudança nas condições para a inclusão no programa em virtude do aumento da renda, os beneficiários possam continuar sendo atendidos, no mínimo, por mais seis meses. A matéria, aprovada por 10 votos a 9, segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), em decisão terminativa.

Pela norma em vigor, a cada dois anos as condições para que a família seja beneficiária são reavaliadas. Com as mudanças propostas, mesmo que a renda familiar ultrapasse o limite permitido, de R\$ 154 por pessoa, o beneficiário poderá continuar recebendo o montante a que tinha direito por pelo menos mais seis meses após a reavaliação.

Para o autor do PLS 458/2013, Aécio Neves (PSDB-MG), a medida é necessária para estimular o trabalhador à formalidade, já que o recebimento do benefício ficará assegurado até que ele passe do período de experiência e se fixe em um novo emprego. A mudança também estimula que mais de um integrante da família busque trabalho, pois eliminou o teto de meio salário mínimo permitido para a variação de renda e o recebimento



Agripino, Aécio Neves, Cyro Miranda e Eduardo Amorim celebram aprovação que modifica programa do governo federal

concomitante do Bolsa Família e do salário.

— Aprimoramos o Bolsa Família — disse Aécio.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), frisou que o projeto resguarda os beneficiários do programa ao trazer para a lei o parâmetro do prazo de reavaliação das condições financeiras, atualmente determinado pelo Poder Executivo por meio de portaria. Segundo a senadora, da mesma forma que o prazo pode ser ampliado, ele também pode ser reduzido por decreto.

— Trazer o assunto para a lei torna as famílias que recebem o benefício menos dependentes dos governos — afirmou.

Lúcia Vânia ainda acatou emenda de Cristovam Buarque

(PDT-DF) para condicionar a continuidade de recebimento dos recursos ao cumprimento de condições, como a realização de exames pré-natais, a frequência escolar de 85% e a participação em cursos profissionalizantes pelos membros da família acima de 18 anos.

## Polêmica

Humberto Costa (PT-PE) apresentou um voto em separado. Segundo ele, estabelecer em lei o prazo para a elegibilidade retira do poder público a possibilidade de atender, com o programa, algumas peculiaridades regionais.

Humberto afirmou que o projeto peca, entre outros pontos, por retirar o limite do aumento da renda fami-

liar para a continuidade de recebimento do Bolsa Família, atualmente em meio salário mínimo. Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) também considerou a mudança temerária.

— Se você tira limite, qualquer pessoa pode receber, e não só quem precisa — disse.

Para Ana Rita (PT-ES), o projeto também “cria confusão” e atrapalha a sintonia com os demais programas sociais.

Aécio disse que a proposta dele faz como que o Bolsa Família vire um “projeto de Estado”, e não de governo. Ele acusou os governistas de serem contrários à matéria para continuar o “discurso do medo”, que insinua que, se a presidente Dilma Rousseff não for reeleita, o benefício acabará.

## Suplicy sugere a prefeitos reforçar combate à pobreza

Eduardo Suplicy (PT-SP), em pronunciamento ontem, opinou que os prefeitos precisam reforçar a busca por pessoas com renda mensal inferior a R\$ 154 e que estão fora do Bolsa Família, informando-as de que têm direito ao benefício. Segundo Suplicy, que ressaltou o papel do Bolsa Família na redução da pobreza extrema e da desigualdade social, o procedimento contribuirá para que as metas de cobertura do programa social sejam atingidas.

— O Ipea estima que cada real injetado na economia brasileira no Programa Bolsa Família acaba tendo um efeito positivo de R\$ 1,78 na economia — assinalou.

O senador também destacou o bom desempenho dos estudantes brasileiros no WorldSkills Américas, competição de habilidades profissionais realizada na Colômbia. Suplicy disse que o fortalecimento do ensino técnico contribuiu para a conquista de 30 medalhas.



É preciso informar o direito aos que têm baixa renda, diz Suplicy

## Lídice cobra ações do governo contra mortalidade materna

Ao registrar que ontem foram celebrados o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, Lídice da Mata (PSB-BA) pediu providências ao governo para diminuir o número de mulheres que morrem na gravidez, no parto ou nos primeiros dias após dar à luz.

Ela reconheceu que o Brasil avançou — de 1990 para cá, o índice de mortalidade materna caiu de 123 para 63 mortes a cada 100 mil partos. No entanto, disse, o índice ainda está longe da meta do milênio, que é reduzir para 35 até 2015. Lídice ressaltou que as mortes atingem majoritariamente as mulheres pobres e negras.

— São mortes evitáveis em mais de 90% dos casos e que dependem do atendimento médico, do acesso à informação e do planejamento reprodutivo.

## Ângela comemora cessão de terreno a liga de combate ao câncer

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a assinatura do termo de cessão de terreno da União para a construção da sede da Liga Roraimense de Combate ao Câncer.

A senadora disse que a entidade, criada há 21 anos, continuará com o atendimento fisioterápico, oncológico e psicológico de 7 mil pessoas cadastradas, moradoras de Roraima e de outros estados, além da Guiana e da Venezuela. Ela lembrou que o câncer é a doença do século, com aumento do número de casos. O Instituto Nacional de Câncer (Inca) informa que, neste ano, devem ser diagnosticados 600 mil novos casos no Brasil.

— Desses, mais de 20 mil serão na Região Norte. Em nosso estado, a estimativa é de que a cada ano aparecem entre 500 e 600 novos casos de câncer — disse a senadora.



## Kátia Abreu denuncia hospitais precários no Tocantins

Kátia Abreu (PMDB-TO) marcou audiência no Ministério da Saúde para discutir a situação da Maternidade Dona Regina, em Palmas, fechada pelos próprios médicos por falta de condições de funcionamento.

O fechamento teve o apoio da diretoria do hospital e da Defensoria Pública do estado, que apura denúncias de falta de remédios e de profissionais. A senadora voltou a cobrar do governo estadual o funcionamento, em Araguaína e Gurupi, de dois tomógrafos comprados há mais de quatro anos, a partir de emendas dela.

Kátia Abreu pediu ainda a construção do Hospital Geral de Gurupi para atender pacientes da região sul do estado. Também por emendas de bancada, em 2011 foram liberados R\$ 41 milhões para a obra, que ainda não começou.



## Ana Amélia destaca Semana de Prevenção ao Câncer de Intestino

Em pronunciamento no Plenário, Ana Amélia (PP-RS) citou o lançamento da Semana de Prevenção ao Câncer de Intestino. Segundo ela, é preciso alertar a população sobre os sinais da doença, que deverá matar 14 mil brasileiros neste ano.

De acordo com a senadora, podem ser sintomas do câncer de intestino diarreias frequentes, dores na barriga, emagrecimento, anemia, fraqueza e sangramento. O diagnóstico precoce resulta em 90% de cura.

— Há muito pouca informação coletiva sobre a gravidade [do câncer], porque essa é uma doença silenciosa. Quando ela se manifesta, já pode estar em um estágio avançado em que não haverá condições de cura, mesmo submetendo-se a tratamentos dolorosos, como a quimioterapia ou a cirurgia.



## Ana Rita quer mais investimentos em saúde da mulher

Ana Rita (PT-ES) destacou o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, comemorados ontem.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), disse Ana Rita, todo dia cerca de 800 mulheres morrem no mundo por complicações da gravidez e a maioria dos casos poderia ser evitada com acompanhamento pré-natal. O Brasil responde por um quarto das mortes na América Latina.

— Embora o país tenha uma tendência de redução das mortes maternas, é necessário seguir investindo na ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo voluntário, na melhoria da qualidade da atenção pré-natal, na formação de profissionais, no fornecimento de serviços e no acesso aos cuidados obstétricos — disse.





# Cota para programação local é tema de debate

Em audiência pública, senadores admitiram a possibilidade de acordo para votação de projeto que regulamenta a regionalização da programação de rádio e TV

EM BUSCA DE consenso sobre matéria que há mais de 20 anos tramita no Congresso Nacional, a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promoveu ontem audiência pública sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 59/2003, que regulamenta a regionalização da programação radiofônica e televisiva. Na audiência, os senadores disseram acreditar num acordo possível.

Enquanto os produtores independentes defendem uma política de cotas para a veiculação de produção regional nas emissoras de televisão e rádio, o representante das emissoras pensa que a proposta seria inviável para o país. O diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Luis Roberto Antonik, propôs que a regionalização leve em conta as características econômicas de cada região.

— A proposta inicial que nós tínhamos acerca da programação regional não era razoável. Por isso, está parada aqui desde 1991. Se não for razoável, não há a menor chance de progresso. Não se alcança um consenso impondo uma



Walter Pinheiro (E) defendeu a proporcionalidade das cotas em audiência da CCT presidida por Zeze Perrella (4º à dir.)

cota que, absolutamente, as emissoras de rádio e de televisão não têm condição de cumprir — afirmou Antonik.

## Proporcionalidade

Valdir Raupp (PMDB-RO) já fez um relatório em que apresenta um substitutivo encerrando as cotas para a produção independente e escalonando a produção regional de acordo com o número de habitantes por região do país. Raupp se mostrou aberto à discussão do relatório e disse que está

em constante diálogo com a autora da proposta, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

— Nós já avançamos bastante. A deputada Jandira tem conversado comigo e vamos continuar ainda a conversar e, na hora em que estiver no ponto, a gente apresenta o relatório — disse Raupp.

Por sua vez, a autora do projeto e os senadores Walter Pinheiro (PT-BA) e Anibal Diniz (PT-AC) defenderam uma negociação em relação à proporcionalidade das cotas,

sem abrir mão delas, para que o projeto seja aprovado.

Walter Pinheiro deu o exemplo de um mercado pequeno que pode fazer propaganda numa programação regional de jogos das Séries C e D dos campeonatos de futebol. Dessa forma, a produção regional seria viabilizada pela economia local.

— Um minimercado de Vitória da Conquista pode anunciar numa emissora dessa para ver o Vitória da Conquista jogando a Série C,

mas ele não tem bala na agulha para colocar a publicidade lá no Bahia na Série A. É muito caro — explicou.

Para Anibal, é possível fazer um acordo para que a proposta seja aprovada, flexibilizando os percentuais das cotas.

— O ponto de partida acho que tem que ser este: qual é o acordo para que se tenha, sim, uma cota estabelecida, e a cota no sentido da política afirmativa mesmo, daquilo que a gente assegura o mínimo necessário — defendeu.

A diretora-executiva da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais, Sonia Regina Piassa, comparou a falta de regionalização da programação televisiva com uma casa sem espelhos. Questionada por Raupp sobre a qualidade da produção independente brasileira, Sonia disse que o Brasil é o terceiro país mais premiado em festivais internacionais do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a Inglaterra.

— Nós somos fantásticos. A questão é só adequar à realidade das emissoras que são feitas em rede a realidade local, porque ela já existe — disse.

## Número de domicílios com TV determina horas transmitidas

O PLC 59/2003, que regulamenta o artigo 221 da Constituição, foi apresentado na Câmara em 1991, tramitou por 12 anos e foi aprovado na forma de um substitutivo. Chegou ao Senado em 2003, onde também foi aprovado na forma de outro substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Foi arquivado, mas voltou a tramitar em 2011, por requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O texto aprovado na Câ-

mara prevê que as emissoras de televisão veiculem programas totalmente produzidos e transmitidos nos estados onde estão localizadas as sedes ou afiliadas, entre as 5h e a meia-noite. Em áreas com mais de 1,5 milhão de domicílios com televisores, estão previstas 22 horas semanais. Nos locais com menos de 1,5 milhão de domicílios, seriam 17 horas semanais. E nas áreas com menos de 500 mil domicílios, 10 horas. O

projeto também contempla aumento de horas, no prazo de 5 anos, para os dois primeiros casos, que deveriam alcançar, respectivamente, 32 e 22 horas. Ademais, 40% das horas semanais destinadas à produção regional na TV devem ser fornecidas por produtores independentes.

O substitutivo de Valdir Raupp estabelece, para a programação regional da TV, cotas em minutos, escalonadas de acordo com a população

dos municípios. O relator tira ainda a cota para a produção independente e faculta às emissoras a utilização. Como estímulo, determinou que o tempo de transmissão de programação regional de produtoras independentes seja contabilizado em dobro para atender os limites mínimos estabelecidos nas cotas.

Jandira Feghali explicou que essa contagem em dobro reduziria o tempo de programação regional nas emissoras

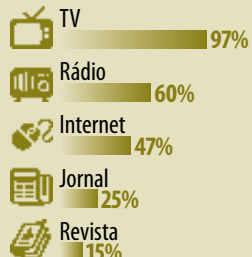
e defendeu que as cotas para a produção independente não sejam facultativas, pois isso não seria um estímulo como pede a Constituição.

— O que eu acho é que a cota não pode inexistir. Tem que haver um mínimo. Se esse mínimo tem que ser proporcional, podemos debater a proporcionalidade do mínimo. A inexistência é estímulo nenhum. É o descumprimento da Constituição — afirmou.

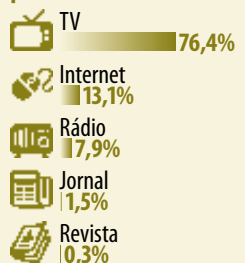
### Pesquisa

Levantamento com 18.450 entrevistados, elaborado pelo Ibope (março/2014)

#### Como o Brasil se informa?



#### O meio de comunicação preferido dos brasileiros:



Fonte: Abert

### Versão final da Câmara

**art. 1** Emissoras de televisão devem veicular, entre às 5h e às 24h, 22 horas semanais de **programas de produção local** (17 se a emissora cobrir área com menos de 1,5 milhão de domicílios e 10 se a cobertura for inferior a 500 mil domicílios)

**art. 1º, § 1** Os valores se estendem, em 5 anos, para 32 e 22 horas, nos dois casos, respectivamente

**art. 1º, § 2** Na **Amazônia Legal**, consideram-se para o cômputo programas produzidos na região

**art. 2º** 40% da programação produzida localmente deve ser **independente**, sendo 40% constituída de **documentários, ficção, animação e seriados** e até 5% de **publicidade**

**art. 4º** Deverá ser veiculada pelo menos uma **obra cinematográfica ou videofonográfica** nacional por semana, sendo metade dos casos de longas metragens, contando em dobro para o total de horas de exibição se for produção independente

**art. 6º** Rádio deve destinar 20% do tempo para **programas de caráter nacional** e 10% para os de caráter **regional**

Fonte: Apresentação da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

### Experiências bem-sucedidas no exterior

**REINO UNIDO:** Desde 2003, todas as emissoras de televisão aberta reservam um mínimo de **25%** da programação para produções independentes.

- As emissoras devem garantir que parcela considerável dos programas sejam produções feitas fora da Grande Londres, obrigando-se a investir parte dos orçamentos nessas produções.
- Em 2009, 50% do horário nobre da TV britânica já contava com produções independentes nos chamados programas originais, isto é, programas inéditos feitos pela própria emissora ou por produtores independentes.

**ARGENTINA:** Estabeleceu que as emissoras devem garantir uma porcentagem mínima na programação para as produções locais independentes, variante de **10% a 30%**, dependendo do número de habitantes de cada cidade.

- Essa medida concedeu um espaço garantido às produções locais independentes em televisão aberta, tornando possível o desenvolvimento da indústria de produção audiovisual independente no país e da cultura argentina em diversas expressões.

**ESTADOS UNIDOS:** Em 1970, estabeleceram **pesadas restrições** à veiculação de conteúdos produzidos pelas emissoras de TV aberta.

- A medida surtiu resultados: em 1995, 70% dos conteúdos veiculados pelas emissoras já eram produzidos de forma independente, o que justificou a revogação das restrições anteriores por estarem obsoletas.

**UNIÃO EUROPEIA:** Pelo menos **50%** do conteúdo da televisão deve ser produzido, predominantemente, com autores, trabalhadores e produtores residentes em todos os Estados membros da União Europeia.

- Todas as emissoras de televisão, públicas e privadas, devem reservar **10%** da programação a produções independentes.

Fonte: ABPITV



# Senadores discutem hoje Bom Senso Futebol Clube e “fair play financeiro”

Movimento criado por jogadores reivindica mudança no calendário de jogos e gestão de clubes que cumpra deveres trabalhistas e fiscais

O FUTEBOL SERÁ debatido hoje na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Em foco, a iniciativa do Bom Senso Futebol Clube, movimento de jogadores para mudar o calendário do esporte no país, e a proposta de *fair play* financeiro, pelo cumprimento de compromissos trabalhistas e empresariais dos clubes.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que sugeriu o debate, 2013 foi marcado por um movimento cívico, nunca antes presenciado, de atletas de futebol profissional que se organizaram para reivindicar melhores condições. Ele ressaltou que o Bom Senso não só tem criticado abertamente a gestão do futebol, mas também apresenta propostas já assimiladas e defendidas por grande parte dos que acompanham a paixão nacional.

— Eu diria que essa iniciativa foi o que surgiu de melhor no futebol e no esporte brasileiro desde a famosa Democracia Corinthiana, dos anos 80, dirigida pelo saudoso Doutor Sócrates — disse o senador.

Randolfe afirmou que na audiência devem ser discutidas



Jogadores fazem protesto do Bom Senso Futebol Clube durante partida entre Fluminense e Atlético-MG, em novembro

as duas principais bandeiras do Bom Senso: a mudança no calendário do futebol nacional, com aumento na quantidade de jogos para os clubes pequenos e diminuição do número de partidas dos grandes clubes, e o *fair play*

financeiro, que são medidas que buscariam uma gestão dos clubes e federações esportivas atenta aos deveres de cumprimento das dívidas trabalhistas e fiscais.

Foram convidados para o debate o representante do

Ministério do Esporte Sérgio Gomes Velloso; o representante do Bom Senso Futebol Clube, o goleiro do Palmeiras Fernando Prass; o representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Wilson Ribeiro de Andrade; e o jornalista Mauro Cezar Pereira, da ESPN Brasil.

A audiência vai começar às 10h e os cidadãos de todo o Brasil terão à disposição uma série de canais para entrar em contato com os senadores e convidados, nos serviços e-Cidadania e Alô Senado.

## ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- |  |   |
|--|---|
| ▶ <b>Portal e-Cidadania:</b><br>www.senado.leg.br/ecidadania | ▶ <b>Alô Senado:</b><br>www.senado.leg.br/alosenado |
| ▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CEfutebolEC               | ▶ <b>Tempo real:</b> http://bit.ly/CEfutebolAS      |
| ▶ <b>Facebook:</b> eCidadaniaSF                              | ▶ <b>Facebook:</b> alosenado                        |
| ▶ <b>Twitter:</b> @e_cidadania                               | ▶ <b>Twitter:</b> @AloSenado                        |
| ▶ <b>TV:</b> www.senado.leg.br/TV                            | ▶ <b>Alô Senado:</b> 0800 612211                    |
| ▶ <b>Taquigrafia:</b> http://bit.ly/comissaoEducacao         |   |

# Comissão vota entrada de estrangeiros no ProUni



Para Crivella, Brasil precisa de mais estrangeiros nas universidades

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) tem reunião marcada para hoje, às 10h. Entre os itens da pauta, está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 324/2011, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que permite o ingresso de estudantes estrangeiros no Programa Universidade para Todos (ProUni), do governo federal.

De acordo com o autor, uma das deficiências observadas nas universidades brasileiras

é o reduzido contingente de estudantes estrangeiros no corpo discente. Para ele, tal fato se torna impróprio diante de um mundo marcado pelo multiculturalismo.

Crivella ressalta ainda que o Brasil ainda não atingiu um nível razoável de estrangeiros em universidades. O senador lembra que, em algumas universidades norte-americanas, os estrangeiros alcançam cerca de 20% do quadro discente. Já

na Universidade de São Paulo, não chegam a 3%.

O relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), é favorável à proposta. Para o senador, o Brasil já foi muito beneficiado ao poder enviar estudantes a outros países, como os Estados Unidos, oferecendo bolsas de estudo. Cristovam afirma que o Brasil é capaz de oferecer o mesmo tipo de apoio a países pobres da África e da América Latina.

# Rodrigo Rollemberg homenageia o arquiteto Lelé

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) homenageou o arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, que morreu na semana passada, em Salvador, aos 82 anos. O senador destacou a importância do trabalho do arquiteto em várias construções no Distrito Federal e em outros estados, lembrando que as obras uniam beleza, funcionalidade e baixo custo.

— Com a carreira iniciada nos canteiros de Brasília, Lelé nos deixa legados inestimáveis para a nossa capital — disse o senador.

Rollemberg lembrou que, além do hospital e do centro de reabilitação da Rede Sarah Kubitschek, Lelé assinou os projetos dos Hospitais Regionais de Taguatinga e de Ceilândia, da Embrapa Cerrados e do Beijódromo, memorial que abriga, na Universidade de Brasília (UnB), todo o acervo de Darcy Ribeiro, sonho antigo do antropólogo.



# Aprovado novo prazo para faculdades parcelarem tributos federais

O Senado aprovou, ontem, uma nova oportunidade para instituições de ensino superior parcelarem dívidas referentes a tributos federais. A proposta reabre por 90 dias, a partir da publicação da lei, o prazo para requerimento da moratória e do parcelamento previsto no Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

O projeto (PLC 32/2014)

prevê também a remissão dos valores devidos à União a título de Imposto de Renda Retido na Fonte dos rendimentos pagos, bem como a anistia de multas e juros incidentes. O benefício é dado a instituições privadas, estaduais e municipais aderentes ao Proies.

Além disso, o texto estabelece que a adesão ao Proies requer adesão ao sistema federal de ensino, no caso de instituições que não o integrem, no prazo de 30 dias, contados da publicação da lei.



A Comissão de Educação, e Cultura e Esporte (CE) homenageou na terça-feira o ex-senador Flávio Arns com a aposição da foto dele na galeria de retratos dos ex-presidentes. O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO) enalteceu os trabalhos de Arns na presidência da comissão, em 2009, quando o colegiado fez 83 reuniões e analisou 346 propostas. O ex-senador, que hoje é vice-governador do Paraná, agradeceu a homenagem e ressaltou o esforço dos demais senadores e da sociedade. — Eu gostaria que cada um se sentisse representado no retrato, porque nenhum de nós sozinho é melhor do que todos nós juntos — disse.



# Avança projeto que aumenta pena para contrabando

Quem importar ou exportar mercadoria proibida poderá ficar sujeito, se a proposta passar no Plenário, a reclusão de dois a cinco anos. O texto também diferencia contrabando de descaminho

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, ontem, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 62/2012, que diferencia os crimes de contrabando e descaminho. A proposta contou com parecer favorável do relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que rejeitou emenda apresentada por Pedro Taques (PDT-MT).

O projeto altera o artigo 334 do Código Penal para diferenciar os dois crimes e ampliar a pena para contrabando, descrito como o “ato de importar ou exportar mercadoria proibida”. Assim, a pena por contrabando, que atualmente é de um a quatro anos de reclusão, poderá passar para de dois a cinco anos de reclusão.

Pela proposta, fica estabelecido ainda que incorre no mesmo crime quem importar

ou exportar clandestinamente mercadoria que dependa de registro ou autorização de órgão público competente ou que traga de volta ao Brasil mercadoria produzida aqui exclusivamente para fins de exportação.

## Menor gravidade

O projeto original ampliava também a pena para crime de descaminho, praticado quando o cidadão deixa de pagar impostos sobre bens trazidos do exterior. Entretanto, os deputados consideraram o descaminho um crime de menor gravidade e mantiveram a pena já fixada pelo Código Penal.

Por fim, o PLC 62/2012 estende a aplicação em dobro da pena ao contrabando via transporte marítimo ou fluvial. Atualmente, o Código

Penal restringe esse aumento de punição às mercadorias contrabandeadas por transporte aéreo.

Pouco antes da votação, Vital justificou a rejeição da emenda de Taques, que estabelece um aumento gradativo da pena pelo crime de descaminho. Apesar de considerá-la “extremamente importante”, o relator a recusou para que o projeto não tivesse de ser reexaminado pela Câmara.

Após um entendimento entre ambos, ficou acertado que o conteúdo da emenda será incorporado ao projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012).

O PLC 62/2012 segue agora para votação no Plenário do Senado. Se o texto aprovado pela Câmara se mantiver inalterado, será enviado em seguida à sanção presidencial.



Central de alarmes e disque-pichação da Guarda Municipal de Porto Alegre

## Proposta confere poder de polícia às guardas municipais

As guardas municipais poderão ter poder de polícia, com a incumbência de proteger tanto o patrimônio como a vida. A medida é prevista em projeto (PLC 39/2014) em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relatório de Gleisi Hoffmann (PT-PR) é favorável à proposição.

A proposta, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), cria o Estatuto Geral das Guardas Municipais, regulamentando a previsão constitucional da criação dessas corporações para a proteção de bens, serviços e instalações. Pelo projeto, a guarda municipal deverá também colaborar com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas e contribuir para a pacificação de conflitos. Mediante convênio com órgãos de trânsito estadual ou municipal, poderá fiscalizar o trânsito e expedir multas.

Outra competência é encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração. Poderá também auxiliar na segurança de grandes eventos, atuar na proteção de autoridades e em ações preventivas na segurança escolar.

O projeto prevê, ainda, a possibilidade de municípios limítrofes constituírem consórcio público para utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada. O consórcio poderá ficar encarregado da capacitação dos integrantes da guarda compartilhada.

O texto atribui ao integrante da guarda municipal porte de arma e o direito à estruturação em carreira única, com progressão funcional.

Anibal Diniz (PT-AC), na presidência da reunião de ontem da CCJ, concedeu vista coletiva. O projeto pode voltar à pauta na quarta-feira.

## Jayme Campos aponta descaso com municípios do interior

Jayme Campos (DEM-MT) advertiu que a torcida pelo êxito da Seleção não pode impedir o brasileiro de constatar que as obras para a Copa do Mundo se concentram nas cidades-sede e, mesmo assim, a maioria não ficará pronta até a competição. Ele apontou problemas graves de planejamento, execução e gestão nas obras.

Segundo o senador, enquanto as cidades-sede recebem atenção, os demais



municípios, especialmente os do interior, enfrentam sérios problemas.

Após alertar que os municípios enfrentam uma grande crise, Jayme Campos

contou que, em visita ao interior de Mato Grosso, muitos prefeitos pediram medidas que beneficiem suas cidades, como a aprovação de mais recursos para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de projeto sobre o Imposto sobre Serviços (ISS).



Agentes da Receita e da Polícia Rodoviária Federal apreendem cigarros contrabandeados no Rio Grande do Sul

## PEC das Defensorias vai ser promulgada na próxima semana

A emenda constitucional decorrente da PEC das Defensorias (PEC 4/2014) será promulgada em sessão solene do Congresso na quarta-feira ao meio-dia.

Aprovada pelo Senado no dia 20, ela fixa o prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos. O texto também amplia o conceito de Defensoria Pública na Constituição, classificando-a como instituição permanente e instrumento do regime democrático.

## Adiada votação de texto sobre vandalismo em manifestações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou ontem, por falta de quórum para decisão terminativa, a votação de proposta que altera o Código Penal para reprimir crimes ocorridos em manifestações ou concentração de pessoas. O projeto (PLS 508/2013), de Armando Monteiro (PTB-PE), considera circunstância agravante para a pena o uso de máscara, capacete ou qualquer outro utensílio ou expediente destinado a dificultar a identificação de quem comete o crime.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:**  
Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)





Agentes ocupam galerias do Plenário e ouvem senadores destacarem importância da categoria para a segurança nas ruas

## Aprovada PEC que prevê carreira de agente de trânsito

Proposta, que foi acatada por unanimidade pelo Plenário e será promulgada nos próximos dias, dá caráter constitucional à competência dos agentes de trânsito nos estados e nos municípios

O PLENÁRIO DO Senado aprovou por unanimidade, ontem, a PEC dos Agentes de Trânsito (PEC 77/2013). A matéria será promulgada pelo Congresso Nacional nos próximos dias.

Os senadores destacaram o papel do agente na segurança do trânsito. Profissionais do setor acompanharam a votação das galerias. O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que os acidentes de trânsito são um dos maiores desafios da saúde pública brasileira.

— São dezenas de milhares de mortes por ano, que oneram em centenas de milhões de reais o Sistema Único de Saúde. Essa PEC é de fundamental importância para reverter esse trágico quadro — disse Renan.

O relator da PEC, Vital do Rêgo (PMDB-PB), afirmou

que a aprovação da proposta representa um momento importante para os agentes de trânsito e para a segurança viária no Brasil.

A PEC tramitou mais rapidamente em virtude do calendário especial acordado entre as lideranças partidárias.

A proposta, do deputado Hugo Motta (PMDB-PB), estabelece que a segurança viária compreende educação, engenharia e fiscalização de trânsito, com o objetivo de garantir ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

O texto dá caráter constitucional à competência dos órgãos e agentes de trânsito, estruturados em carreira, nos estados e nos municípios.

De acordo com a justificativa da proposta, o Código de Trânsito Brasileiro transferiu para o município o dever de gerenciar

o trânsito. No entanto, a transferência está condicionada à capacitação e à existência da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari).

A proposta tem por finalidade, portanto, prever a existência de um órgão apto a desempenhar essas funções, reduzindo, assim, os acidentes de trânsito.

Na Câmara, o texto inicial, que abrangia somente os municípios, sofreu alteração para englobar os estados.

Segundo o relator, a proposta é positiva.

“Ao incluir a educação e a engenharia de trânsito, ao lado da fiscalização, no âmbito de atuação dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, a proposição adota conceito atual e abrangente, que favorecerá a prevenção de acidentes, e não apenas a punição de infratores”, assinala Vital.

## Começa discussão de proposta que garante adicional a magistrados

A primeira sessão de discussão da proposta que estabelece o pagamento de adicional por tempo de serviço a magistrados e membros do Ministério Público, com a possibilidade de remuneração final acima do teto do funcionalismo (R\$ 29,4 mil), foi realizada ontem.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse temer que uma eventual aprovação da PEC 63/2013 repercuta negativamente nos gastos com servidores públicos. Segundo ele, outras categorias remuneradas por subsídio poderão exigir o benefício. Juizes e membros do MP alegam que, com a adoção do sistema de subsídio, estabelecido pela Emenda Constitucional 19/1998, não há valorização dos profissionais com mais tempo de carreira.

Humberto afirmou que o governo vem negociando com os magistrados e o MP, em busca de opções à adoção do adicio-

nal. Ele pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que adie a discussão da PEC, para que se busque um acordo.

— A medida muda radicalmente o sentido da reforma administrativa de 1998 — disse.

A PEC foi aprovada na CCJ na semana passada. Passará por mais quatro sessões de discussão em primeiro turno e três em segundo turno, e será votada nos dois turnos, sendo necessários pelo menos 49 votos favoráveis em cada votação. Se aprovada, seguirá para a Câmara.



Humberto Costa pede adiamento de debate em busca de acordo com juizes

## Senado retoma a reforma do Código de Processo Civil

O Senado voltará a debater o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC). O texto foi elaborado a partir de anteprojeto de lei apresentado por uma comissão de juristas instituída por José Sarney (PMDB-AP) quando presidente do Senado. A proposta foi aprovada pelo Senado e, agora, os senadores analisam mudanças feitas na Câmara.

Comissão especial fará a primeira reunião na terça-feira. Segundo o presidente da Casa, Renan Calheiros, a intenção é aprovar o texto final até o fim do semestre.

— É a oportunidade da simplificação dos processos judiciais, da redução dos prazos, da celeridade da Justiça — disse Renan.

A comissão especial de senadores terá o auxílio de uma comissão de juristas.

## Motoboys ganham direito a adicional de periculosidade

O Plenário do Senado aprovou ontem o pagamento de adicional de periculosidade para motoboys e outros profissionais que utilizam a motocicleta no trabalho. Por unanimidade, foi aprovado projeto que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para considerar perigosa a atividade de quem trabalha em motocicleta. Dessa forma, os motoboys passam a ter direito a adicional de 30% sobre o salário. Aprovada em regime de urgência, a proposta vai a sanção presidencial.

O texto aprovado (SCD 193/2003), um substitutivo a projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), acrescenta “atividades de trabalhador em motocicleta” ao artigo 193 da CLT, que trata das atividades que, pela periculosidade, asseguram ao empregado um adicional sobre o salário. A lei considera como perigosas aquelas atividades que, “por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado”. Agora, mototaxista,

motoboy e mesmo quem faz motofrete ou presta serviço comunitário de rua, como a ronda noturna, terão direito ao benefício.

O projeto original, aprovado no Senado em 2011, foi motivado por relatório do Corpo de Bombeiros de São Paulo que apontou a ocorrência de grande número de acidentes envolvendo motocicletas com vítimas fatais ou sérias lesões.

Relator da matéria em Plenário, Romero Jucá (PMDB-RR) destacou a “contemporaneidade” da proposta.

— A profissão de motoboy tornou-se atividade de risco em todas as cidades brasileiras, principalmente nas grandes cidades. Daí a importância desse projeto — defendeu Jucá.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou ainda o fato de que, incluídos entre os profissionais com atividade perigosa, os motoboys terão direito a condições melhores de aposentadoria.

— Reconhecer o perigo dessa atividade é obrigação de todos nós — afirmou.

## Sem acordo, jornada maior para motoristas tem votação adiada

O projeto (PLC 41/2014) que amplia a jornada dos motoristas profissionais gerou polêmica ontem e teve a votação adiada para a próxima semana. A iniciativa permite jornada de oito horas, com duas horas extras,

podendo chegar a quatro. Ontem, motoristas de cego-nhas pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a aprovação do texto. Semana passada, porém, caminhoneiros expressaram temor pela segurança nas estradas.



Renan recebe lideranças indígenas, que pedem rejeição de PEC sobre reservas

## Renan reafirma a indígenas compromisso com demarcação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem lideranças indígenas que pediram a rejeição da PEC 38/1999, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que submete as demarcações de reservas à aprovação privativa do Senado e limita o tamanho das áreas a 30% do território do estado.

Sonia Guajajara cobrou o cumprimento da Constituição e a rejeição de propostas que possam retirar direitos.

— Não viemos fazer baderna ou confronto. Nossa pauta é pela demarcação, não podemos admitir retrocesso para beneficiar o agronegócio.

Renan garantiu que não avançarão propostas que retirem direitos indígenas.

— Essa matéria não será pautada porque não há convergência. Falo isso com a responsabilidade de quem, como ministro da Justiça, demarcou a Reserva Raposa Serra do Sol.



# CPI mista terá plano de trabalho na segunda

Eleito presidente do colegiado que reúne senadores e deputados para investigar a Petrobras, Vital do Rêgo marca a primeira reunião e diz que vai seguir o Regimento Interno

DEPOIS DE SER confirmado na presidência da CPI Mista da Petrobras, o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) marcou para segunda-feira a reunião em que o relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), apresentará um plano de trabalho. De acordo com Vital, já há mais de 500 requerimentos a serem analisados.

A CPI mista foi instalada ontem, com a eleição de Vital para a presidência, do senador Gim (PTB-DF) para a vice e a escolha de Marco Maia para a relatoria. Vital é presidente da CPI exclusiva do Senado que também investiga a Petrobras. Ele disse que pautará a atuação no respeito aos Regimentos Internos da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional e também na Constituição.

— Terá, acima de tudo, respeito ao voto. Ao voto que haveremos de colher de cada um dos senhores — assegurou.

Aécio Neves (PSDB-MG) reclamou da demora na instalação, lembrando que o requerimento para criação foi apresentado há 45 dias. O senador disse esperar que os trabalhos atendam o que considera serem demandas da população.

— A sociedade está perplexa com as denúncias que se sucederam e, num segundo momento, sente-se aviltada e indignada com aquilo em que se transformou a principal empresa pública brasileira [a Petrobras], que, apenas no governo da presidente Dilma Rousseff, vale metade do que valia — afirmou.

Aécio apresentou requerimentos para que a CPI mista convoque os ex-diretores da Petrobras Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró, além do doleiro Alberto Youssef, preso em março na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, e investigado por comandar um esquema de lavagem de dinheiro. Ele pediu as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico de Costa, Cerveró e Youssef, do ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli e das empresas MO, Piroquímica

e Labogen Química, ligadas ao doleiro.

Os depoimentos na CPI mista, se aprovados, devem repetir outros já tomados pela CPI exclusiva do Senado. Gabrielli e Cerveró falaram aos senadores na semana passada. Paulo Roberto Costa também foi convocado.

José Pimentel (PT-CE), que integra a CPI mista e é relator da CPI do Senado, garantiu que a base de apoio ao governo quer trabalhar para “passar a limpo” a história da Petrobras. Um dos temas será a segurança nas plataformas.

— Particularmente da P-36, em que perdemos a vida de 11 trabalhadores queimados. Há ainda um prejuízo já apurado de US\$ 2,1 bilhões, com o afundamento da P-36 entre 2001 e 2002 — disse o senador.

Relator da CPI do Senado, Pimentel não descartou o compartilhamento de informações com a CPI mista.

— Essa é uma decisão colegiada. Na hora que a CPI mista enviar os pedidos, vamos analisar.

Questionado se a CPI do Senado acabaria em decorrência da

instalação de uma CPI mais ampla, com deputados, ele foi enfático:

— De forma alguma. Nós temos uma decisão do Supremo Tribunal Federal determinando a CPI do Senado.

Marco Maia, relator, assegurou que tudo será investigado, para que produção de um relatório que aponte as responsabilidades e mostre “o que realmente aconteceu” na Petrobras. Ele não considera viável a proposta da oposição de trabalhar cinco dias por semana.

— Nosso trabalho não vai na velocidade que todos gostariam, mas que vai adquirir um ritmo que seja capaz de produzir relatório consistente e que investigue tudo que precisa ser investigado. Vamos investigar todos que precisam, sem passar a mão sobre ninguém. Será uma investigação incisiva e vai levar o tempo que tiver que levar — disse Maia.



CPI instala a mesa: o senador Gim na vice-presidência, o senador Vital na presidência e o deputado Maia na relatoria

## Oposição quer investigação no recesso

Na primeira reunião da CPI Mista da Petrobras, ontem, deputados e senadores da oposição ameaçaram obstruir a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015, o que inviabilizaria o recesso parlamentar nas últimas duas semanas de julho. O objetivo dos opositores é evitar que a CPI perca força ao interromper os trabalhos no recesso.

A obstrução é um recurso usado para evitar a votação de determinada matéria. É anunciada pelo líder do partido ou do bloco, fazendo com que os parlamentares liderados se retirem do Plenário ou da comissão. O objetivo é impedir que se alcance o quórum para votação. Apenas o líder do partido ou do bloco em obstrução permanece na sala da comissão ou no Plenário.

O líder do DEM na Câmara, deputado Mendonça Filho

(PE), afirmou que a hipótese de o partido obstruir a votação da LDO dependerá do andamento dos trabalhos da CPI. Ele disse que conversará com as outras bancadas para que uma eventual obstrução seja apoiada por toda a oposição.

— É uma estratégia para que o Congresso não pare durante o recesso e, consequentemente, a gente possa trabalhar, principalmente focando a CPMI, que é um assunto de relevo nacional e de grande interesse por parte da população — disse.

O deputado Marco Maia, relator da CPI Mista da Petrobras, não vê razões para que o Congresso atrase a votação da LDO para que não haja recesso parlamentar. De acordo com ele, os membros da CPI podem requerer ao presidente Renan Calheiros autorização para que os trabalhos continuem no recesso.

A reunião de ontem da Comissão Mista de Orçamento

(CMO) foi aberta e encerrada em poucos minutos, pois não havia quórum para deliberação. Na pauta da CMO, há apenas três requerimentos.

O primeiro, do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), solicita audiência pública para debater o corte orçamentário no IBGE. Devem ser convidados para o debate a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a presidente do IBGE, Wasmália Bivar, e um representante do sindicato dos trabalhadores do órgão.

Os outros dois requerimentos, do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), solicitam a convocação de Miriam Belchior e de representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Geap — Auto-gestão em Saúde para falar sobre o decreto presidencial que autoriza órgãos públicos a contratarem diretamente, sem licitação, a Geap, principal operadora de planos de saúde do funcionalismo público federal.

Entretanto, a expectativa principal está no relatório preliminar ao projeto da LDO. O relator da peça orçamentária é o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), também presidente das duas CPIs da Petrobras (mista e do Senado).

A LDO precisa ser votada até 17 de julho pelo Congresso. Caso contrário, a sessão legislativa não poderá ser interrompida para o recesso.



O deputado Mendonça Filho se dispõe a articular uma obstrução pela oposição

**O senador Gim será vice-presidente da CPI mista e o deputado Marco Maia será relator**

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**

Estatuto da Juventude



**Liberdade é ter autonomia**

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alcançar voos cada vez maiores.

saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)

